

**SOUSA GALITO, Maria (2006). Prof. Doutor João Carlos Espada. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N°18, pp. 149-157.**

**ENT: Entrevistas**



Entrevistado: *Prof. Doutor João Carlos Espada*  
**Director do Instituto de Estudos Políticos,  
Universidade Católica Portuguesa de Lisboa**

Dia 20 de Novembro de 2006, 17h.

Local: Instituto de Estudos Políticos, Palma de Cima, Lisboa.

Duração da Entrevista: 48m02s

*MSG (Maria Sousa Galito), JCE (João Carlos Espada)*

*MSG: Muito obrigada, Prof. João Carlos Espada, pela disponibilidade que manifestou para esta entrevista. Aproveito a oportunidade para pedir ao Sr. Prof. um comentário sobre o processo de globalização no período pós Guerra Fria. Se, é um processo de várias dimensões (económica, política, cultural, social)?*

**JCE:** «Não existe nenhum padrão moderno ocidental de globalização. No chamado Ocidente, parece haver uma *pluralidade de pontos de vista*. Ao contrário do que acontece na maior parte das outras culturas, onde há uma visão monista das coisas, no Ocidente há várias perspectivas, nomeadamente sobre a globalização. Há um debate permanente. Portanto, não há uma opinião/padrão/modelo Ocidental de globalização. Quando existe uma ideia definida (predeterminada) de globalização, é geralmente lançada pelos seus críticos.

«O processo de globalização nem sequer é inevitável. Tecnologicamente há, de facto, tendências fortes propiciadas por uma comunicação instantânea. Por exemplo, hoje em dia enviamos um e-mail para os EUA ou para a China – enfim, a China tem censura – mas para o Japão e obtemos resposta rápida. É impressionante, estamos a comunicar quase instantaneamente.

«A tecnologia fornece uma *oportunidade*. Essa possibilidade, pelos seus atractivos, constitui uma poderosa pressão para Globalizar, mas essa possibilidade – como em tudo na vida – não é determinista. Se os países A, B ou C não se quiserem globalizar, podem fechar-se, não há nenhuma autoridade internacional que possa proibi-los de o fazer.

«Pode dizer-se “que é uma luta perdida”? Não sei se é uma luta perdida. Eu penso que é um *erro*. Pode acontecer que os países se fechem e comecem a guerrear-se entre si, ao invés de fazerem comércio livre e de abrirem as fronteiras à troca de bens e de produtos, de ideias, de pessoas, etc.

«Portanto, não há nada determinista, mas há uma pressão tecnológica nesse sentido. No passado, o autor que se referia a esses determinismos tecnológicos era Marx, para justificar a inevitabilidade do comunismo e do socialismo. Não há inevitabilidade de coisa nenhuma – como se comprovou no caso do comunismo e do socialismo, que foram um fracasso total.

«Publiquei um estudo com o Miguel Morgado e o Hugo Chelo, “Riqueza e Pobreza”. Há várias áreas do Globo, a América Latina é uma delas, e a Índia outra, que estavam mais globalizadas e mais abertas à economia internacional, portanto, *interconnected/intertwined* com o mercado mundial antes da 1ª Guerra, em 1913, do que 1980. O que demonstra que a globalização não é uma tendência inevitável nem unilinear/rectilínea, que está sempre a progredir. Várias áreas do mundo estavam mais globalizadas antes da 1ª Grande Guerra.»

**MSG:** *No período Pós Guerra Fria, as multinacionais estão a entrar directamente em mercados externos, recorrendo menos ao apoio dos Estados? Da parte dos Estados, haverá o discurso do comércio livre com diminuição de barreiras alfandegárias, contraposto na prática por uma série de medidas proteccionistas, encapotadas ou não? Por exemplo, nos EUA?*

**JCE:** «Seguramente. Há um discurso do comércio livre mas há uma grande pressão a favor do proteccionismo; em todos os países; inclusivamente nos EUA, com alguns casos flagrantes, como os subsídios à agricultura. O EUA criticam a Política Agrícola Comum Europeia – crítica que eu subscrevo inteiramente – mas, na verdade, não dão o exemplo.

«Mas é o produto da política democrática. Há sectores empresariais e grupos sociais que têm interesse em manter esses subsídios. Esses interesses são legítimos. Os EUA lutam para salvaguardar esses interesses, e não há nada “escrito na pedra” sobre qual vai ser a solução. Tem de haver um debate de ideias, um confronto entre vários argumentos, um levantamento empírico – que é muito importante – para mostrar as consequências de uma política ou de outra, e os eleitores depois escolhem em conformidade com as suas ideias.

«Pessoalmente, sou favorável ao comércio livre e contra o proteccionismo, mas em Democracia a esfera que *decide* é a política. Sou a favor de um Estado pequeno e limitado, mas em Democracia *quem escolhe* é o conjunto dos cidadãos; e se este elege um Estado mais interveniente, resta-me aceitar. É uma decisão tão legítima quanto outra.

«Portanto, não há nenhum determinismo na globalização e eu defendo um modelo com um Estado mais pequeno com fronteiras abertas, mais comércio livre, menos intervenção e menos regulamentação sobre a actividade das multinacionais – em relação às quais, à partida, não tenho nenhum problema. Se houver um ambiente concorrencial em que se procure o interesse de cada um, contribuirá para o interesse geral. Este é o meu ponto de vista.

«Mas há autores que defendem outro tipo de argumento: “A globalização é inevitável, temos de aceitar a globalização”. Não temos. Só que todas as acções têm consequências. No meu entender, os Estados que não aceitarem a globalização, acabarão mais empobrecidos. Mesmo um país aberto que consiga proteger-se – através de tarifas especiais ou de subsídios – vai sentir, a prazo, um certo atraso e empobrecimento.

«Estou a defender uma visão pluralista sobre estas matérias. Na verdade, o próprio conceito de globalização pode combinar-se com tendências que, numa linguagem continental europeia, se diriam “contraditórias” – mas eu não gostaria de chamar-lhes contraditórias porque eu não lhes reconheço contradição “nenhuma”.

«Á medida que as comunicações vão sendo facilitadas, e que cada comunidade (aldeia, vila, cidade, país) fica mais exposta a outras culturas, em princípio, os indivíduos de “mente aberta” deviam ser favoráveis a essa tendência – é essa a ideia da *Sociedade Aberta*, com diálogo entre culturas e contacto mútuo – mas nunca os defensores da Sociedade Aberta, como por exemplo Popper, disseram que a abertura implicaria ficarem todos iguais – de haver uma homogeneização, de haver uma uniformização.

«Isso foi expresso pelos críticos da Sociedade Aberta, de extrema-direita ou de extrema-esquerda, que invocaram o mercado de Esparta contra Atenas – a sociedade comercial, ao mercado livre que, segundo estes autores, levaria à degenerescência dos costumes, que levaria à uniformização para baixo. Em analogia, é o que hoje se diz sobre os EUA e sobre a globalização.

«Ou seja, esse argumento não é novo. Há 2500 anos já havia o modelo de Esparta – sociedade fechada, colectivista – contra Atenas. Os autores que defenderam Atenas (a globalização, o comércio livre) não apelavam à uniformização – ou, pelo menos, os mais significativos.

«O que eu quero dizer, no fundo, é que se trata de um processo democrático e de mercado. O que os cidadãos quiserem uniformizar, uniformizam. O que não quiserem, não uniformizam. Pode vir a multinacional chinesa ou a MacDonaldis, que não vai conseguir *uniformizar* contra a vontade das comunidades em que se insiram. Pode dizer-me, mas isso é uma verdade à *La Palice*<sup>1</sup>.

«Em parte é, mas não deixa de ser importante sublinhá-la, atendendo a que a globalização implica aumentar a esfera das escolhas. A partir do momento em que posso recorrer instantaneamente a *sites* do mundo inteiro, aumenta a minha capacidade de ir a

---

<sup>1</sup> Referência a Jacques de la Palice (Jacques II de Chabanes), nobre francês (1470-1525), que combateu sob as ordens de três reis de França, incluindo Francisco I. O termo popular à *La Palice* indica uma forte evidência (até desnecessária por ser demasiado óbvia). Uma das primeiras frases cantaroladas pelos seus soldados reforça-o e consta da canção “La Mort de La Palice”: «Se ele não estivesse morto, estaria vivo.»

*sites*. Mas daí a concluir que, em sua função, vamos ver todos os mesmos sites, não faz muito sentido. Portanto, se cada qual pode aceder à pluralidade de conteúdos, porque é que o resultado disso seria a uniformização?»

**MSG:** *Portanto, num mercado livre a oferta satisfaz a procura obtendo-se, depois assim, um equilíbrio de mercado?*

**JCE:** «Exactamente, há uma tendência para o equilíbrio. Um equilíbrio sempre em mutação, porque resulta de um *diálogo permanente*.

«Mas vão haver produtos que se uniformizam, os mais “convenientes”; ao mesmo tempo que outros produtos se particularizam e que, assim, podem obter “mais valor global”.»

**MSG:** *A diversidade pode ser uma mais-valia?*

**JCE:** «É isso que eu quero dizer. As pessoas não querem viver num mundo uniforme e monótono. Ao mesmo tempo, não estão dogmaticamente contra alguma uniformidade. Por exemplo, eu gosto de uma determinada marca de casacos, mas não vou passar a vida a usar aquela marca. Por exemplo, no âmbito do turismo, os hotéis são todos iguais, oferecem todos a chamada “comida de plástico”? Pode acontecer em alguns segmentos de mercado, mas não sempre.

**MSG:** *Há um turismo que aposta no igual e outro que aposta na diferença? Há um turismo para massas e um turismo para elites?*

**JCE:** «Há massificação e nichos particulares para os produtos diferenciados.»

**MSG:** *Por exemplo, a China poderá ter uma Indústria capaz de encher os seus mercados externos com produtos que aliam baixo preço e baixa qualidade, enquanto a sua população mais abastada gosta talvez de consumir, nos mercados ocidentais, produtos de referência, provavelmente diferenciados e de elevada qualidade. Se assim for, cria-se aqui um comércio bilateral que inclui produtos massificados e diferenciados.*

**JCE:** «Eu penso que sim. Outro exemplo. As companhias aéreas oferecem agora viagens *low costs*, uma medida que promove uma democratização extraordinária. E dinamizada pelo mercado – não é nenhum *welfare state* e o Estado não dá subsídios. Esse mercado permite o acesso ao destino pretendido a milhões de pessoas – alguns dos quais nem podiam viajar se se mantivessem as tarifas anteriores mais elevadas. Acho que é um grande progresso para todos.

«Mas repare, tal não implica que, quem viaja, queira ser igual às pessoas do país de destino ou vice-versa. Os clientes querem ter a oportunidade de conhecer outras paragens, de contactar com a diferença, sem deixarem de ser eles próprios – de ter a sua identidade, a sua cultura, as suas tradições, a sua especificidade.

«Portanto, a globalização não tem que gerar a uniformização, antes potencia um conhecimento global de particularismos antes desconhecidos. Com a globalização eu posso ter acesso à diferença.»

**MSG:** *Perante isto, e ainda do ponto de vista económico, será que tivemos um mundo bipolar na Guerra Fria, passámos a ter um mundo unipolar no pós Guerra Fria (EUA como hipotética superpotência), para caminharmos para um mundo multipolar com o surgimento de economias emergentes como a China, a Rússia, a Índia e o Brasil?*

**JCE:** «Concordaria com isso com uma ressalva. Percebo que se diga que depois da Guerra Fria vivemos um mundo unipolar e que estamos a caminho de um mundo multipolar mas, na verdade, logo nunca houve um mundo unipolar.

«Em rigor, a ideia de um mundo multipolar é impossível – não digo no plano conceptual. Nem sei se vivemos num mundo unipolar na época dos impérios britânico ou romano.

«Quando caiu o muro de Berlim, a superpotência que sobrou das duas (EUA e União Soviética) foi a América. Mas isso não quer dizer que passou a ser a única superpotência, ou que antes havia um mundo bipolar. Por um lado, porque os EUA possuem uma aliança com a Europa através da NATO. Os EUA não podem dirigir a NATO, nem nunca tentaram – sem a Europa ou contra esta.

«Por outro lado, antes havia talvez o mundo soviético e o mundo americano; ou melhor, não dizíamos o “mundo americano” mas o “Ocidental”. O mundo Ocidental era uma galáxia de pólos – é claro que o mais forte era o americano, mas não era único, os outros não eram todos satélites. Aliás, como se viu, quando discordaram na questão do Iraque, ou quando houve outras fontes de tensão.

«Fundamento alguma reserva em relação ao termo bipolar, uma vez que o “pólo Ocidental” equivalia a uma galáxia de pólos. Depois porque quando caiu o Muro de Berlim já países como a China e a Índia eram países emergentes.

«Esse processo *acelerou-se* – não começou – de lá para cá. Mesmo nessa altura havia poderosos rivais da galáxia não “americana” mas “Ocidental”. Portanto, tenho algumas dúvidas relativamente ao termo “mundo bipolar”, não me parece inteiramente rigoroso. Portanto, estou de acordo com a frase, com esta ressalva.

«Na verdade, o mundo nunca foi unipolar. Nunca será unipolar, porque nenhuma potência pode governar o mundo sozinho. Portanto, o sistema de alianças e o sistema de concessões mútuas são indispensáveis.»

**MSG:** *No entender do Sr. Prof., o “Económico” poderá estar a ganhar terreno ao “Político”? Antes do fim da Guerra Fria privilegiavam-se relações entre Estados, relações Político-Estratégicas? Estas últimas poderão ter, entretanto, cedido à salvaguarda de interesses económicos externos? Talvez sim, mas nos últimos anos houve nova uma inflexão a favor do Político?*

**JCE:** «Tenho dificuldade em responder a essa questão, era preciso ter padrões de medida. Teria de dar uma resposta muito intuitiva. Mas dou-lhe o exemplo do Império Britânico, muito baseado no comércio. Uma das suas questões centrais era garantir o comércio livre nos mares.»

**MSG:** *Mas portanto, as potências/Impérios precisam, para se projectar no exterior, de ser uma “força económica”?*

**JCE:** «Sim. Mas repare, estava a referir-me talvez mais à *Pax Britânica*, àquele período de expansão do século XIX até à I Guerra Mundial, e que corresponde talvez ao apogeu do Império Britânico que se projectava no Mar, promovendo o Comércio Livre.

«Isto para dizer que, hoje em dia, muito embora se atribua uma grande importância às questões económicas, não é uma tendência totalmente nova. E a analogia que me ocorre é a do Império Britânico.»

**MSG:** *Passámos de um Estado-Nação para o que chamo um Estado-em-rede?*

**JCE:** «Não estou de acordo. Passámos de um Estado-Nação para um Estado-em-rede? Não. Enfim, a interdependência aumentou muito, sobretudo em função da globalização das comunicações, mas não alterou a natureza fundamental do Estado-Nação. Dizer que passámos de um Estado-Nação para um Estado-em-rede é uma típica aberração intelectual.

«O nosso curso de Verão, que se realizou no Estoril em 2006, foi sobre este assunto. Foi interessante observar, com individualidades de quadrantes políticos muito diferentes, o quanto defendiam prudentemente que a Era do Estado-Nação não acabou – isto do ponto de vista descritivo, puramente factual. Para os autores que defendiam a Democracia, é bom que o Estado-Nação não desapareça, porque sabemos que a Democracia tem funcionado com o Estado-Nação. Não quer dizer que tenha sido um sucesso em todos os Estados-Nação, mas o suporte territorial da Democracia foi sempre a possibilidade de distinguir cidadãos e não cidadãos, envolve um território e a Democracia, corresponde a um corpo político.

«Se se começa a criar esta ideia do Estado-em-rede, depois não sabemos quem protege os nossos direitos. Mas questões relativas ao Estado-Nação constam da última revista da Nova Cidadania, que reúne opiniões de autores mais conservadores e mais liberais, a defender diferentemente – como é natural – as virtudes do Estado-Nação. Mas as conclusões são muito parecidas.

«Portanto, o Estado-Nação parece-me uma realidade incontornável – isto do ponto de vista factual. Desejavelmente, não descartável. Eu não afastaria o Estado-Nação assim com essa facilidade.

«Agora, o Estado-Nação não tem por que significar “fechamento” nem “agressividade” ou “crispação” com terceiros. Dei o exemplo do Império Britânico.»

**MSG:** *Portanto, o Estado-Nação ainda tem competências, por exemplo, no âmbito da diplomacia económica?*

**JCE:** «Eu sou muito favorável à diplomacia económica. A economia é importante, é positiva. Dentro da tradição liberal, sempre defendemos que o Comércio Livre é uma forma de aproximação dos povos, é uma forma de diminuir as tensões guerreiras e, como defendeu Montesquieu, de “amaciar as maneiras”. Tem a ver com a ideia de uma sociedade polida e comercial, constante no lirismo escocês.

«Portanto, na minha perspectiva, o comércio é muito importante. É uma fonte de paz e de progresso – não só material, espiritual também, ao promover o encontro de diferentes pontos de vista, ao dirimir o impulso bélico.

«Até que ponto as embaixadas de países com economias de mercado livre devem estar activamente envolvidas no auxílio de empresas individuais.» Bom, eu tenho um problema com esta frase, porque a diplomacia económica, como eu a vejo, não implica que embaixadas de países com economias de mercado livre, se envolvam activamente no auxílio a empresas particulares.

«Não estamos a falar de *apoio preferencial* a uma dada empresa – esta ao invés daquela. No meu entender, a diplomacia económica apoia o *sector*. Por exemplo, no sector do *Vinho do Porto*, é natural que o Estado não possa envolver todas as empresas do Porto na iniciativa X, tem de escolher algumas, tem um limite – mas estipulado objectivamente, baseado num critério.

«Ou seja, o objectivo da diplomacia económica poderá incluir a promoção de um determinado sector, mas não empresas individuais ligadas a interesses particulares.

«Mas pode gerar-se alguma *tensão*, se houver empresas que se sintam lesadas. Mas em Democracia, estas podem manifestar-se, no sentido de salvaguardar os seus direitos.

«Enfim, é possível que se privilegiem as empresas que sejam *maiores* ou *melhores* num determinado sector – as mais *successful*. O objectivo é também ajudar a promover no exterior o melhor que Portugal possua.

O que posso dizer é que o objectivo dos Governos tem sido o de promover a economia portuguesa e as empresas portuguesas – e não *esta ou aquela* empresa. É natural que numa sociedade livre e competitiva, isso possa criar tensões. Mas só não é assim quando não se faz nada. É preciso saber lidar com as situações específicas. Os Governos em geral têm, com certeza, a preocupação de não prejudicar empresas indevidamente. Simultaneamente, não pode haver uma política de igualdade que promova as empresas por igual.»

**MSG:** *As políticas externas dos Governos Portugueses têm sido defendidas com alguma continuidade e consistência, ou se vão mudando com os Governos?*

**JCE:** «Sobre essa questão tenho uma opinião formada. Por exemplo, Espanha parecia assumir uma grande continuidade na sua política externa mas, ultimamente, viveu uma grande ruptura com a mudança de Governo – quando Aznar deu lugar a Zapatero. Em Portugal, tal não aconteceu. No nosso país, tem havido uma grande continuidade na nossa política externa, o que considero muito positivo, sinal de uma Democracia madura

«Portugal possui permanências estratégicas. É um país europeu mas também um país atlântico. Dentro da Europa, Portugal tem muitas especificidades, incluindo uma ligação com o Norte e o Sul do Atlântico; possui uma relação estreita com África, a pontos da Ásia. Não podemos abdicar dessa especificidade.

«Em causa, não estão preferências ideológicas e políticas que são legítimas. Há uma grande permanência estratégica na nossa política externa, o que considero positivo e o reflexo de um Portugal mais adulto e maduro do que nós próprios reconhecemos. Às vezes, os portugueses gostam de dizer mal de si próprios.

«Neste aspecto, até comparando com Espanha que, supostamente, fez uma transição mais suave, do que Portugal, para a Democracia – e, nesse aspecto, mais madura – mas que, ultimamente, vive tensões que não encontram paralelo no nosso país.»

**MSG:** *Peço-lhe um comentário do Sr. Prof. sobre a CPLP.*

**JCE:** «A CPLP é da maior importância e devia funcionar. Se funciona ou não, leio o que sai nos jornais, mas não acompanho o caso de perto. No IEP – Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa – tentamos dar o nosso contributo para essa Comunidade, através do *Luso-Fórum para a Democracia*.

«Portanto, é muito importante manter a ligação à África Lusófona, ao Brasil, a Timor-leste. Angola, por exemplo, é um país riquíssimo – ainda que possua problemas sérios que, a meu ver, não devem ser descurados (problema gravíssimo de corrupção, para além da burocracia). Mas não é o Governo Português que se vai imiscuir nessas questões.»

**MSG:** *Portugal vai assumir a Presidência da União Europeia, na segunda metade de 2007 e, ao que parece, vai insistir numa agenda que discuta as relações privilegiadas entre a União Europeia e a África.*

**JCE:** «O que é uma oportunidade muito importante para marcar, precisamente, a nossa diferença, e pô-la ao serviço *de todos* e não só *de alguns*. Enfim, a cultura continental é muito marcada pelas dicotomias, mas a maior parte das vezes não é só *isto* ou *aquilo*, é uma mistura, não é uma contradição alternativa.»

**MSG:** *Os EUA levam em conta Portugal, exactamente por causa dessa relação com os países lusófonos?*

**JCE:** «Absolutamente. O embaixador dos EUA em Portugal durante a crise de Timor – Alfred Hoffman Jr. assumiu funções posteriormente – deslocou-se duas vezes ao IEP, primeiro para defender a posição americana (que também mudou devido à influência portuguesa nesta matéria) e explicar a situação. Mais tarde, deu uma palestra de despedida no IEP, onde falou precisamente de África e do papel que Portugal pode ter nesse palco estratégico.»

**MSG:** *Também através da Língua Portuguesa?*

**JCE:** «Também pela Língua Portuguesa, pela tradição comum, pelos afectos. Mas enfim, ele era um *business man* e era sob essa perspectiva que discursava. Assim, Portugal poderia ser um elo de ligação entre o resto do mundo e África, mas não no sentido de *ir para lá dar esmolas!* O embaixador americano, aliás, parecia céptico em relação aos benefícios da AID.»

**MSG:** *O Sr. Prof. está a falar em apoiar alternativas, tais como o Microcrédito?*



**JCE:** «O Microcrédito já é outra questão, tem a ver com a ajuda ao investimento, estimula o micro-empendedorismo. Mas tem sido mais dinâmico e responsabilizador do seu receptor. Enquanto na macro-ajuda ao desenvolvimento (AID), às vezes, desconhecem-se as mãos a que chega e, muitas vezes, desorganiza a economia local.

«Mas, portanto, Portugal tem um papel fundamental a desempenhar em África, que é empresarial e empreendedor. Há investidores americanos e europeus dispostos a investir nos PALOP mas que não dispõem de capital cultural sobre esses países que certos investidores portugueses possuem. Portugal podia aproveitar o seu *background* numa atitude construtiva – e não de esmola – capaz de criar oportunidades de negócio que promovam o bem-estar, para que todos os intervenientes no processo possam melhorar as suas condições de vida.»

**MSG:** *Muito agradeço, Prof. João Carlos Espada.*